PSYKHE
1999, Vol.8, Nº 1, 157-167

Copyright 1999 by Psykhe
ISSN 0717-0297

Abrigo: Um Possível Fragmento Comunitário na Produçao da Subjetividade e da Cidadania pelo Exercício da Cidadania Mediadora

Casa de Protección: Un Posible Fragmento Comunitario en la Producción de la Subjetividad y de la Ciudadanía mediante el Ejercicio de la Ciudadanía Mediadora

Maria de Lourdes Manzini Covre
Pontificia Universidad de São Paulo

O presente artigo encaminha uma reflexão sobre espaços relacionais no âmbito público —como o caso de abrigo para crianças e adolescentes desvalidos— e nestes o exercício do que estou nomeando de cidadania mediadora.
Nestes espaços relacionais, atuam agentes mediadores (assistentes sociais, terapeutas, educadores e outros profissionais pertencentes ao campo da assistência), que são referências para elaboração de sentimentos, que permitam uma organização de mundo, ou seja, formas de subjetivação como estratégias de propiciar encontros que construam uma cidadania social mais efetiva.
Desta forma, nas relações assistente-assistido, em busca de formas pertinentes a um abrigo/ família "suficientemente boa", cria-se condições para essa população infanto-juvenil de ter a construção de uma auto-imagem, um "eu" valorizado, que possa vir compor um futuro sujeito de direitos e deveres.

El presente artículo se encamina hacia una reflexión sobre los espacios relacionales en el ámbito público —como es el caso de los hogares de protección "abrigos" para niños y adolescentes desvalidos— y, en éstos, el ejercicio de lo que denomino ciudadanía mediadora.
En estos espacios relacionales actúan agentes mediadores (terapeutas, asistentes sociales, educadores y otros profesionales que actúan en el campo de la asistencia), quienes son referentes para elaborar sentimientos que permiten una organización del mundo, es decir, formas de subjetivación como estrategias propiciadoras de encuentros que construyan una ciudadanía social más efectiva.
Así, en las relaciones asistente-asistido, en busca de formas pertinentes a un hogar de protección/familia "suficientemente bueno", se crean las condiciones para que esta población infanto-juvenil pueda construirse una autoimagen, un "yo" valorizado, que le permita construir un futuro sujeto de derechos y deberes.

O artigo em questão procura refletir sobre os espaços relacionais, como o caso de abrigo para crianças e adolescentes desvalidos, pensados como "família" no espaço público e como uma possível faceta da política de assistência (e não assistencialista) ao contingente populacional marcado pela pobreza e pela exclusão social. A proposta é que eles possam ter relativo sucesso se forem trabalhados pela cidadania mediadora. Esta se caracteriza por ser exercida por terapeutas, educadores, assistentes sociais em um espaço intersubjetivo assistente-assistido, que deve passar por um processo terapêutico, por algum tipo de co-gestão de subjetividades. Assim, em uma primeira parte, procuro dar um contorno aos conceitos emitidos. Na segunda, apresento aspectos de minha experiência clínica em um abrigo que está perpassada por esta proposta teórica.

Maria de Lourdes Manzini Covre, Pontificia Universidad de São Paulo.
La correspondencia relativa a este artículo debe ser enviada a Maria de Lourdes Manzini Covre, PUC-São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, Rua Oquirá, 80, CEP 05467-030, São Paulo/SP, Brasil, fone/fax: 5511-30211997, e-mail: covre@u-netsys.com.br

Cidadania Mediadora, Mediadores, Espaço Relacional Assistentes-Assistidos para "Famílias" no Espaço Público/Município

O avanço da exclusão social no mundo, particularmente em países como o Brasil, impõe-nos uma reflexão contínua para que se consiga encontrar formas inventivas de poder minimizá-lo, pois o crescente neoliberalismo "globalizado" enfraqueceu a função do Estado em prover, ainda que precariamente, políticas sociais. Cabe ainda ressaltar a importância da situação de exclusão de crianças e adolescentes, pois eles representam de alguma forma o futuro. Conseguir alguma organização neste sentido é prevenir neste futuro violências, formação de gangues, é ajudar a propiciar aspectos mais gratificantes para a vida coletiva e individual. E,

neste processo, gostaria de destacar o papel daqueles que estou nomeando de "mediadores" e a possibilidade de desenvolvimento de uma cidadania mediadora. Se falo de cidadania estou pressupondo também um espaço público. Mas, quem são esses mediadores?

Para esta resposta, não basta nomeá-los, mas comecemos por fazê-lo. São assistentes sociais, educadores, terapeutas, enfermeiras, psicólogos, etc., enfim, aqueles que "cuidam", "assistem". Mas peço atenção para o espaço e relação assistente-assistido, que é por onde pode-se pontear essa questão da mediação, e de uma possível cidadania mediadora. Atente-se que este modelo, no presente artigo, estará se referindo à relação educadores/coordenadores e crianças e adolescentes de um abrigo. Vale também sinalizar que o que estou nomeando de cidadania mediadora, a meu ver, é parte de preocupações reflexivas da psicologia social, como espero estar mostrando no decorrer desta exposição. A questão da cidadania toca mais o social, mas, por outro lado, a questão da mediação depende da atuação em um espaço intersubjetivo, que recai para âmbito psicológico, as duas partes só podendo ser enfocadas separadamente na perspectiva analítica. Ainda cabe ver que essa mediação depende de como esses assistentes lidam com a incorporação dos códigos sociais seja para si, seja na relação com o assistido, para que alcancem uma atuação de mediadores propriamente ditos.

Vale ainda perceber que a construção de cidadania, que passa pela "assistência", é aquela que carece ocorrer em um contexto que tem de propiciar políticas sociais quase de forma incabível dado as condições de países, como o Brasil, e dadas as condições desafiadoras e deletérias da chamada globalização[1]. A meu ver, esta acaba tendo alguma viabilidade através de um tipo de exercício de cidadania que extravasa as regras abstrata da democracia. Pode se perceber isso na atuação de algumas ONGs relacionadas a alguns processos de iniciativa civil/popular, muitas conseguindo certo endosso e mesmo parceria do governo local (através de alguma secretaria ou setor). Vale enfatizar que o contexto propiciador para efetividade dessas práticas cidadãs (ou não) estão muito conectadas com a política do (e no) cotidiano, e ainda vale demarcar atualmente o município como espaço estratégico para tal. Hoje, a municipalidade enseja muitas reflexões e questões que demandam pesquisa, que esclareça e estimule mais o que esta avançando. Eu diria da existência contemporânea de um *sujeito-em-constituição* (Manzini-Covre, 1996) municipal, ou seja, cidadãos munícipes que se tornam visíveis politicamente em seus grupos de liderança em vários níveis. De certo modo, os mediadores podem se transformar em um pólo muito importante deste sujeito munícipe.

Ainda cabe lembrar que, ao lado da propalada crise dos *Welfare State* no mundo, no plano nacional, as práticas sociais, políticas, culturais etc. no Município parecem vir indicando que ele é um espaço privilegiado para se compor um *Welfare State* de renovado estilo. Muitos problemas se resolvem localmente, mas tenha-se presente também o pressuposto de determinadas leis federais, de âmbito da Constituição (no caso a nossa Constituição de 1988 que possibilitou, por exemplo, a condição básica para viabilizar a possível atuação municipal, de que se está falando, que é a descentralização). Essas práticas podem adquirir uma conotação mais ou menos de cunho emancipatório nas localidades dependendo da força de sua Sociedade Civil, pensada aqui mais como grupos populares em pugna por direitos, ou setores da sociedade com esse mesmo espírito de propiciar mais cidadania

Abrigo como "Família". Um Espaço Relacional: Mediadores-Assistido

Retomando o enfoque das políticas de assistência (e possíveis políticas sociais), vale perceber que dependendo do "ethos" de ONGs, e setores/secretarias governamentais locais, o processo de desenvolvimento de abrigos, albergues, cooperativas, espaços vários para luta de direitos para a população pobre (quando não desvalida) pode vir a compor nesses espaços algum tipo de "família". A reflexão em pauta refere-se intimamente aos que está-se nomeando de mediadores, pois essa "família" pode a vir se compor sob a atuação de assistência social, grupos de terapia comunitária, associações comunitárias diversas. Seria uma forma de tornar de alguma validade também para os excluídos a cidadania "oficial". A família, como uma organização social, compõe-se de relações politizadas, é campo do processo de alteridades, é campo para se pensar também o exercício da cidadania. E, no caso brasileiro, com o alto nível dos sem-família, cabe incluir aqui outras organizações que substituam

[1] A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) fez a contabilidade recente da região e indica que de 1980 para 1994 a porcentagem de pobres pulou de 35% para 39% da população total. O número de indigentes, os pobres entre os pobres, subiu de 9% para 12% no mesmo período. Clóvis Rossi (29 de Maio, 1998). *Folha de S. Paulo.*

a família. Falo em outro texto (Manzini-Covre, 1996) de que o caráter da família do âmbito privado, em seu possível espirito de solidariedade, de flexibilidade na condução de direitos e deveres etc pode ser exercitado também na composição de "famílias", agora no âmbito do espaço público, dependendo da relação ordenadora que se estabelece.

Se o caráter de propiciar cidadania à população mais ampla em países como o nosso parece uma tarefa quase impossível, é, entretanto, a partir desta realidade que se inventa "possíveis" para favorer isto e mais, lutar em nível macroestrutural para compor melhores condições. *Neste contexto, parece ser muito pertinente refletir sobre o conceito de cidadania mediadora.*

Agora, retomemos o espaço assistente-assistido propriamente dito. Debruço-me sobre a importância da alteridade ou da intersubjetidade por onde se produz principalmente a subjetividade, tida aqui toscamente como a elaboração dos sentimentos que possibilite uma auto-imagem. Esta auto-imagem, este "eu", por sua vez, revela-se na alteridade, porque existe em nós, dizendo de forma aproximativa, um que fala e um que oculta. O que nos escuta pode perceber o que nós não sabemos, o que ocultamos de nós mesmos, embora saibamos disto, mas em nível do inconsciente. Estou propondo aos possíveis mediadores que pensem isto para si próprios, como, por exemplo, na relação entre pares profissionais (por exemplo entre os assistentes sociais) numa intenção de se desenvolver entre eles uma certa co-gestão de subjetividades, uma apreciação deles próprios. Mas a preocupação se desloca em seguida para a relação mediadores e assistidos. E então atente-se que é nesta (e desta) alteridade entre estes dois sujeitos que deve resultar um produto final do pressuposto a se cumprir, o que é diferente de um delineamento que se suportaria somente na apreciação do assistente.

Por sua vez, este espaço relacional se dá através de uma organização: pública, privada, filantrópica, etc. Cabe inicialmente perceber que se trata em princípio de sujeitos em relação desigual, pela própria composição relacional. O assistente pode se compor como um possível sujeito (ele/ela "é" a assistente social, a terapeuta, etc.) que de alguma forma desenvolve sua cidadania no complexo de direitos e deveres. O assistido é, em princípio, pela própria situação de assistido, um sujeito precário, frágil. Por exemplo, são crianças e adolescentes desvalidos pela situação de privação, e pela própria faixa etária, que faz "submeterem-se" relativamente aos agentes educadores: estão no âmbito de dependência para crescerem, dependente destes agentes para ajudar (ou falhar) a compor um "eu", uma auto-imagem. Sujeitos desvalidos outros são os deficientes (físicos e mentais, em níveis diversos) bem como os doentes em geral. Uma pessoa doente tem naquele que cuida de si uma expectativa de ser cuidado. Ou ainda pessoas em situação de grande pobreza, desprovidos de direitos, sofrendo a impotência de soluções sofrem o mesmo desvalimento. Falando de algumas facetas desses sujeitos precários, percebe-se que se marcam por não saber que eles podem ter poder para mudar as iniqüidades e sofrimentos de suas vidas e, muitas vezes, não sabem que têm direito a terem direitos. Há, portanto, disparidade de sujeitos e disparidade na relação de poder. Mas muita coisa pode ser elaborada neste âmbito! E este "muito" pode estar na dependência da visão de mundo, da organização de sentido de vida que tem o assistente. Será esse assistente capaz de ajudar a compor uma "família"? Consegue este assistente transformar-se em um *mediador*?

Assim, em segundo lugar, neste espaço da alteridade, tem-se em nível aparente as ações de atores sociais: como, por exemplo, assistentes sociais e favelados/crianças e adolescentes desvalidos ou enfermeiras/terapeutas e pessoas com dificuldades para organizar a própria vida, etc., mas tem-se em nível subaparente o mundo dos sentimentos: do desvalimento, do abandono, do medo, da dor, da vergonha, da opressão etc. E aqui vai pesar muito a organização subjetiva dos assistentes, de seus modos de subjetivação, que suporta (ou não) tanto as práticas dos possíveis mediadores, como a dos "sujeitos" desvalidos.

Agora, já se pode falar de que não se trata por parte desses assistentes, enquanto mediadores, de cuidar no sentido *strito*, mas de alguma forma, ao cuidar, também se cuida e, de certo modo, está sendo cuidado. E é neste processo que está o possível encaminhamento de soluções conjuntas para as reivindicações, para os problemas. Inicialmente está em pauta um tipo de prática social que possa romper com relações hierarquizadas, não no sentido burocrático, mas no sentido de valorização e de afetividade do ser humano, do outro. Mas, para estar aí, passa-se por todas as instâncias indicadas e essas remetem à reflexão final sobre a subjetivação.

Deste modo, é importante perceber que esse encaminhamento acima tem viabilidade começando, neste âmbito do espaço relacional, se o assistente exercita uma percepção de si próprio, na tentativa de melhor aproximar do si, de seu "centro", de modo a poder sair de regras para consigo próprio para aquele que suporta o movimento interno; a emergência do

desconhecido, do novo. O novo elaborado pode permitir que se elabore também a sua relação com o mundo e este novo pode atingir também seus "assistidos". A percepção de si pode levá-lo a conter a própria voracidade, bem como a capacidade de elaborar a própria dor como condição para manter-se vivo, que resultam em formas de mais se conhecer. Assim predisposto, pode vir a lidar com o próprio processo de subjetivação a seu favor e pode se inserir no âmbito daqueles que perceberam o mais contínuo aceno da vida: de aprender-ensinar, ensinar-aprender.

Isto tem a ver com a cidadania-em-contrução (Manzini-Covre, 1991, 1996) em que esta cidadania supõe uma cidadania ativa, quer seja que se lute pelos direitos, mas, para que ela seja realmente efetiva, ela deve vir suportada por uma produção da subjetividade (elaboração de sentimentos) pela produção de um "eu" efetivo ainda que provisório. E uma vez alcançado esse eu, uma auto-imagem que se realiza na contínua alteridade, possibilita atores de práticas sociais que dão continuidade a cidadania em construção, em seu desdobramento em cidadania interna e em cidadania social, expressa na luta e nos direitos externos conseguidos. Este conceito de cidadania em construção deve transpassar o de cidadania mediadora, com a especificidade já indicada, e a de que esta tem este espaço a ser elaborado para uma possível cidadania de assistidos/sujeitos precários, que carecem inicialmente criar um "eu", uma auto-imagem, que grandemente, neste processo, vai depender da forma do assistente, na medida em que ele se transforma em mediador. Eis como os mediadores se tornam tão importantes nesse processo, seja pela relação humana, seja concomitantemente como atores políticos desta situação. Política e alma possuem um forte vínculo aqui, porque pode haver um vínculo ético entre assistente e assistido. Cabe dizer que há uma diferença entre o caráter moral e caráter ético, que tão bem Spinoza (Deleuze, 1970) explicita. O caráter ético, em princípio, é aquele que permite que o bom seja para os dois que se relacionam (Manzini-Covre, 1996). Posto isso tudo, passamos numa segunda parte a apreender um mundo de produção de subjetividades, de aspectos de construção e reconstrução de "eus", percebido através da experiência clínica em um abrigo, enquanto efetividade desta proposta do espaço relacional, em cuja prática entre os pólos assistente/assistido desenvolveria a nomeada cidadania mediadora.

O Abrigo Como Espaço Relacional

Cabe agora apreender o ponteamento do abrigo/família "por dentro", no plano dos sentimentos. Recordo-me de uma frase dita por um participante de uma "família"/ centro de convivência comunitária, que definia o espaço como um lugar —*onde as pessoas se sintam em casa*— Valores de solidariedade, amor, liberdade e possibilidade, limites adequados, flexibilidade nos direitos e deveres-eis uma sinalização de uma boa família no âmbito privado. Pode-se pensar, então, em sua nova composição do espaço público, como pais e mães consubstanciados nos educadores e onde a pratica terapêutica (ou a co-gestão de subjetividades entre pares: educadores/ coordenadores) emerja como ponto básico para efetividade desses bons caracteres familiares. E se assim for com a população infanto-juvenil, esse tipo de abrigo poderá estar ajudando a compor um coletivo com menos violência e com o aumento do exercício de mais cidadania.

Insisto um pouco mais sobre essa possível forma de produção de subjetividades. Debrucemo-nos sobre a pessoa humana-o que a sustem para ser ator social? A sua estrutura subjetiva, prenhe de sentimentos. E estes sentimentos, por sua vez, são os que dão suporte aos valores que vão orientar possíveis práticas sociais congruentes (ou não) com uma vida individual e coletiva gratificantes. Com os valores acima indicados em uma família e em que seus provedores (mães e pais) saibam introduzir esses "filhos" à realidade, pode-se estender à estrutura familiar a concepção que Winnicott (1975) tem da mãe suficientemente boa. A criança forma sua imagem na imagem da mãe, ou ainda, a subjetividade é produzida via o desejo do desejo da mãe. Ou, mais uma vez com Winnicott (1990), a criança só existe no ambiente. Grande desafio de organizar isto para os desvalidos, o de terem "pais e mães"—suficientemente bons—!

Neste contexto, vale se debruçar sobre a experiência clínica nesse abrigo, apreender aspectos da dinâmica destas intersubjetividades —terapeutas, educadores, crianças— e de como os códigos sociais predominantes podem ser revistos, reapropriados, reinventados para esse "mundo" dos desvalidos e que descortina, de algum modo, o espaço relacional em pauta neste artigo.

Caso A e os Códigos Revisitados

Um abrigo/uma família -suficientemente boa-, reitero, tem de dar conta de ter "pais" e "mães" então —suficientemente bons— nos educadores que são os que cuidam, assistem e organizam a vida dessas crianças e adolescentes. Como dito, é desafiante criar um ambiente que não venha enfatizar os estigmas em que essa população infanto-juvenil desvalida já viveu. Então, os chamados assistentes têm de se

reconstituírem para poder "educar" com amor, ao mesmo tempo que seja capaz de introduzi-los na realidade pelo devido limite. Fica assim em pauta o aspecto básico desse processo, que é como lidar com os códigos sociais, ou o caráter cultural incorporado, primeiro, por esses educadores e, em decorrência, nos "educandos".

Eis assim um primeiro relato. Centro-me na participação de A, uma educadora já casada, com dois filhos pequenos. Muito viva, numa das nossas primeiras sessões de grupo, traduzia uma inquietação do novo possível que os outros educadores não tinham consciência, mas ali estava de alguma forma, para ser trazido para fora. Ela expõe as suas dificuldades em lidar com as crianças e que sintetizo, destacando a frase sua de que "*não sei se lido com as crianças do jeito que sempre vi minha mãe lidar conosco (filhos), ou do jeito como minha vizinha lida com as crianças, ou se posso lidar do meu jeito com elas*". Ela se referia tanto as crianças do abrigo, quanto aos próprios filhos. Vale perceber que A está primeiro tentando lidar consigo mesma no que fazer dos valores que lhe foram passados, em que parece lhe emergir aspectos diferentes deles os quais estão em questão. Posso me indagar, brevemente, que cultura norteia nossas práticas nessas relações com as crianças. Há a orientação de uma cultura prescritiva que tanto marca a nossa visão de mundo. Esta é tão valorizada nos escritos de Durkheim (1963 e 1970). Para este, cabe às gerações maduras pela educação, introjetar a sociedade nas gerações imaturas. Mesmo que a sua concepção de sociedade tenha uma forma ideal, o que resulta, em última instancia, é a introjeção dos códigos vigente predominantes na alma das crianças. Neste processo, preza-se o amor à disciplina, ao tipo "normal" ou médio, com rechaço a toda curiosidade e criatividade infantis, que o autor designa como imoral. De certa forma, encontra-se um "aceite" a essa concepção de cultura em Freud (1930), pelo avesso, sob forte crítica a essa cultura, mas como dela não se pudesse escapar.

Repensando isso no contexto do relato acima, poderia se ter que se A seguir provavelmente o "jeito" que lhe passou a mãe ou a vizinha, seria uma contínua reprodução. E o movimento, o novo que A está a requerer para si e para os seus "assistidos"? Então, creio que cabe aqui perceber a cultura também como campo de invenção, ou melhor, perceber que pode haver uma apropriação de mensagens (Certeau, 1996). Ou ainda, que pode haver uma mediação entre mensagem emitida e a recebida, entre emissor e receptor não uma relação direta (no caso na relação entre mãe, educadores, professores, agentes da mídia, em suma, agentes socializadores e os "educandos"). E também há a experiência para nos ensinar as opções e o caminho. Por essa segunda visão, A pôde se permitir lidar com as crianças do "seu" jeito. Mas é preciso que ela se dê esta autoridade, que ela ressignifique o próprio pensar e a própria prática. Em sessão mais avante, ela já passou pela experiência prática e, pela elaboração neste momento, tomou consciência de que podia utilizar sua própria criatividade, seu "jeito" para lidar com as crianças. E pode expressar mesmo esta opção e esta maior confiança em si, tendo podido rever a própria auto-imagem valorizada (ou estar mais próxima do seu verdadeiro *self*), e nisso poder tratar as crianças neste âmbito de valorização.

Ainda relativo aos códigos e a dificuldade do que os nomes expressam ou não, ou ainda a defasagem entre o sentimento e o quê a cultura nos oferece para apreendê-los, vem-me à mente, o que diz Bion em uma de suas conferências no Brasil (Bion, 1973). Questiona ele que todos agem como parecem ter em consenso sobre o que é, por exemplo, a ansiedade. Mas de que se fala quando dela se fala? Indague-se a uma criança se ela sabe o que é ansiedade, e ver-se-á que ela não sabe. Quero dizer com isso que, como terapeutas, educadores, antes de atuarmos como se "soubéssemos", vale perceber o movimento, o que há de novo em pauta, como este novo que A trouxe a todos os educadores pela sua participação.

Aspectos da Produção da Subjetividade, a Resistência e o Abrir um Caminho Novo

O novo é perigoso porque implica sair do que se pensa ser, fazer mudanças, reconstruir "eus". É âmbito de resistências. Assim, o que enfoco agora também lida com o emergir do novo na alma de um educador e na sua seqüência no novo ao lidar com as crianças, mas na perspectiva da resistência e como ela foi rompida.

Cabe-me assinalar, uma vez, que neste espaço relacional, em todos os relatos, de uma forma específica minha, estou a sofrer os movimentos da minha alma no processo de intersujetividade desse Grupo. Cada vez que o novo emerge nesta relação grupal plurisubjetiva, eu também como que renasço em algum aspecto. Bem como, cada vez que dificuldades maiores apareceram, eu também enfrentei essas turbulências em minha alma, para poder estar lidando com elas nos educadores e deles repercutindo nas crianças, e delas retornar, num contínuo girar de intersubjetividades. Embora "traduzido" para o trabalho comunitário, vale ver como Ogden nos passa as suas turbulências durante as sessões analíticas (Ogden, 1996).

Posto isto, retomo o caso em pauta, o relativo a Frei B. Pude melhor compreender o que diz Bion de como as palavras podiam ser perigosas e o foram neste caso de Frei B. Recordo Bion quando nos fala da lenda de Uhr, uma imensa riqueza protegida por gerações e um dia é assaltada. Bion fala da coragem dos assaltantes de invadir e roubar um lugar sagrado. E a compara ao trabalho do psicanalista. Assim são os psicanalistas, os psicoterapeutas: "assaltantes" da psique, um lugar sagrado. Mas diz, ainda ele, que quando terapeuta e paciente conseguem falar do segredo, tocar no mistério, ambos saem fortalecidos da empreitada (Bion, 1973).

Assim, creio, foi a situação com Frei B. Ele, embora só um pouco menos jovem que os outros, era um dos que coordenava os educadores. Começou a participar das sessões do grupo de educadores e coordenadores do abrigo, logo no início. Mas ele se apresentava reticente. Querendo integrá-lo mais no grupo, sabendo de sua longa experiência com velhinhos, e como falávamos do contínuo apreender do novo para as pessoas, eu praticamente terminei aquela sessão, em que procurava dialogar com ele com a frase: *"Frei B, você que já lidou tanto com os velhinhos, crê que tem ainda algo a aprender ao lidar com essas crianças?"* Só vim perceber o quanto isto mexera com ele e lhe provocara séria resistência no decorrer da semana. Então, primeiro soube que ele disse aos educadores que era melhor parar com as sessões de terapia, que o grupo não tinha necessidade disso. Os que queriam persistir no processo procuraram conversar com ele e manter a sessão da próxima semana. Eu fui inteirada disso. Neste contexto, propus um encontro, inicialmente só eu e o Frei. Depois nos reuniríamos todos.

E assim foi encaminhada a sessão; primeiro, só com o Frei. E, neste tempo, na medida em que essa resistência pôde ir sendo rompida, Frei B, retomando a sua dificuldade, por exemplo, com R, de 3 anos, que chorava e fazia xixi na cama a noite, acabou por dar um retorno a si próprio a minha não consciente "provocação" para ele na sessão anterior. Retenho aspectos do que ele disse: *"Quando eu trabalhava com os velhos, eu achava que eu tinha de respeitá-los plenamente, embora eu cuidasse de tudo pra eles, até limpá-los nas partes mais íntimas; já com as crianças,eu achei que elas é que deviam me respeitar plenamente. Agora, entretanto, eu percebi que devo respeitar as crianças também"*. Ao que eu disse: *"Assim como os velhos também lhes deviam respeito"*. Assim, naquele primeiro instante, passou-me o quanto ele se sentia ameaçado por ter de mudar. O que se tornou mais claro na sessão grupal. De alguma forma conseguiu-se passar ao grupo a questão de respeito às crianças, ainda com certa vacilação do Frei. Contudo, isto foi feito de tal forma que os educadores o acolheram com júbilo. Então percebi que alguns enfrentavam este problema dele, sem nada poder dizer, e que agora muito se alegravam de que se pudesse falar disso. Expressaram uma espécie de alivio. Expressaram que sentiam falta de poderem falar mais livremente, sem receio, sobre formas de lidar com as crianças. Ele sentiu o afeto do Grupo e rompeu de vez a sua resistência –aquilo que achou que era ruim– que ele pareceu identificar a alguma perda, como que abrir em sua autoridade (e, portanto, sobre uma sua auto-imagem) era algo bom. Todos gostavam do novo e como ele se apresentava, a sua "nova" auto-imagem foi-lhe confirmada. Ele passou a ser o maior entusiasmado do grupo de terapia. O novo olhar sobre si mesmo passou a permitir outro olhar sobre as crianças, por exemplo, compreender que o bebê R não fazia xixi na cama por birra, mas porque carecesse de ajuda. Ele aprendia algo novo de si mesmo e dos outros. Seja com os velhos, seja com as crianças, seja consigo mesmo, ele percebeu que havia formas novas de amor a desenvolver.

O Desejo, Édipo e o Projeto Ético

Sobre o desejo, sobre os sentimentos, como lidar com eles e não escondê-los para que as relações com as crianças e com todos os outros fossem verdadeiras, ponto básico para a segurança interna dessas crianças? E, ainda, como a questão edipiana pode ser vista e encaminhada minimamente nestas "famílias"/abrigo? Falo de aspectos de dois casos. Antes cabe mencionar que os coordenadores conseguiram perceber (pela própria denúncia das crianças) e demitir um auxiliar que tentou um tipo de assedio sexual as crianças. Pode-se imaginar quanta vigilância é necessária por parte daqueles que têm um fundo projeto ético no lidar com essa população infantil no que diz respeito a essa problemática. Felizmente, esse abrigo conta com algumas pessoas muito idôneas.

Sobre as casos aventados, um diz respeito a outro frei, o Frei C que dizia da dificuldade quando as meninas se punham a sentar no seu colo e o que as senhoras da Igreja que passavam pelo abrigo iriam dizer de tal situação. E neste âmbito pudemos tocar na questão do desejo. Pelas conversas e associações pude perceber no caso de Frei C, o que surgia era um medo de perceber a existência de um seu desejo sexual pelas meninas. Elaborações do Grupo

permitiram perceber que o caminho não passava por negar isto, mas sim ter consciência do estar vivo, do ser humano. E ainda que não era algo mau, mas algo a se lidar. Algo a se elaborar e lidar pela opção feita, a de ser "pai" daquelas crianças e saber então do limite de si próprio. Opção que passa então por limite de um projeto ético para existência do abrigo como família. E que isto passa pela consciência do sentimento (seja ele qual for) e sua devida elaboração para um encaminhamento. A fuga a se defrontar um problema, uma frustração, só posterga a sua solução, o seu confronto com a realidade (Bion, 1973). E aqui o que vem de fora, pouco pesa depois, como a da possível crítica das senhoras católicas.

Outro caso que remete à questão edipiana, mas também à reflexão de estigmas (ou formas de apropriação dos códigos sociais via os valores dominantes vigentes) de aspectos da sexualidade é o relativo a visão das educadoras e o seu lidar com a situação de Cl. Cl, garota de 9 anos, pelo relato das educadoras, vinha direto da vivência das ruas, de contato com drogas e já tinha tido contato com sexo. Eu praticamente não tinha contato direto com as crianças, mas por acaso eu tinha tido oportunidade de conhecer Cl, logo que veio para o abrigo, na sua primeiras semanas. Cabe contar isso. Assim que entrei na casa, ela agarrou a minha mão, me levou ver o quintal onde havia uma criação de animais e fez questão de me indicar qual bichinho era o dela (um processo bem utilizado pela coordenação, de que a criança tivesse algo vivo, que pudesse dizer *Isto é meu.* Instrumental para ajudar a compor uma auto-estima para crianças que vêm para um lugar estranho e de mãos vazias e com antecedentes pouco favoráveis; mínimo, mas providencial). De mãos dadas e usando todos os seus recursos para monopolizar minha atenção, percebi a grande carência, disponibilidade de Cl de querer se projetar em alguém. Perguntei-lhe como ela ia indo em sua vida no abrigo, ao que ela respondeu *"vai mais ou menos"*. Insistiu *"quando você vem me ver de novo?"* Contudo, minha tarefa não é direta com as crianças. De qualquer modo, me senti um tanto em falta com essa garota. São os chamamentos de que não podemos atender por falta de tempo, por disposição de trabalho. Assim, quando Cl apareceu no relato das educadoras, ela tinha uma certa imagem para mim, eu também tinha de lidar com ela.

Foi uma sessão em que as educadoras M, I e A, a rimeira mais veemente, expuseram sua rejeição ao comportamento de Cl, lembrando seus antecedentes. Bem, Cl esteve doente e foi ao médico. E o médico a ouviu, soube ouvir. Ela se apaixonou pelo doutor! E passou a pedir as educadoras continuamente, que queria voltar ao médico, que estava doente, que estava apaixonada, que iria "transar" com ele, que iria casar com ele etc. As educadoras sentiam tudo aquilo como muito agressivo e "sujo", imagine *"uma menina que fala essas coisas, que já conhece sexo!"* A minha intervenção foi no sentido de colocar aspectos de *"que bom que Cl encontrou alguém por quem se apaixonar, agora ela está viva, talvez tenha chance por este processo de se libertar das mazelas que têm vivido, recompondo uma outra Cl!"* Vale dizer também da elaboração para mim própria, pois de início senti um incomodo, certa irritação que as educadoras assim falasse de Cl. Para chegar a que sua visão passava pelos estigmas vigentes e como daí avançar tive que me recordar que eu própria me sentia culpada, de ter "falhado" com Cl com um possível amor.Tive de lembrar que estava lidando também com minha onipotência.

Outro ponto da elaboração, com as educadoras, passava pela linguagem de Cl para expressar o novo estado emotivo. Revivia/vivia (para uma menina que nunca teve casa) pelo enamoramento, a retomada do desejo, de um possível caminho para dentro e para fora. Lembre-se a abordagem freudiana do desejo como falta, como uma presença ausente. Lembre-se que a imensa disponibilidade que eu tinha percebido nela, agora encontrava um objeto para se realizar. Ou o que Freud nos traz sobre o ideal do eu, a retomada do narcisismo primeiro através do enamoramento. E como isto propiciava o trabalhar a busca do "eu ideal" ou narcisismo secundário (Hornstein, 1989; Freud, 1915). Cl vivia com o médico a situação de quando as menininhas dizem: *"Papai é só meu!"*. Ela renascia, era um ser desejante! Por outro lado, a linguagem de Cl, chocante para as educadores, carecia de uma interpretação. E então Ferenczi foi o meu suporte. Cl, acostumada a linguagem dos adultos, toma emprestado esta para passar os seus sentimentos. A abordagem de Ferenczi (1992) sobre como os adultos olham como paixão o que as crianças têm como ternura cabe aqui extraordinariamente para compreender Cl.

Contudo, isto só terá mais clareza para as educadoras nas sessões seguintes, em que, não por acaso, uma vez que se tocou no tema, elas puderam trazer as problemáticas enfrentadas com seus próprios pais e mães, em que quase todas elas tinham um mal relacionamento com as mães e um bom relacionamento com os pais, e como isto afetava a

composição atual de suas famílias com os maridos, filhos e filhas.

Creio que este último relato expressa bem esse espaço intersubjetivo em pauta nesta exposição. A existência de um terceiro (Ogden, 1996) que extravasa os assistentes e os assistidos. Este é um caso bem expressivo de como só o compreender de si próprio e de seus desejos, suas próprias limitações, e com isso vir a repor um certa auto-imagem ou identidade de si próprio é que os assistentes/educadores podem lidar mais no âmbito da realidade com o desejo, fantasias e limitações do "assistido"/das crianças/da "filha"(no caso). E, ao ajudar, já foi também ajudado.

Importância do Narcisismo. A Necessidade de Um eu que Encontre Lugar para Existir

Creio que, dos aspectos mais importantes a estar propiciando o abrigo/família, é uma certa auto-imagem positiva as essas crianças e adolescente. É este a formulação de um eu que permite ser ator, ir à escola, conseguir estudar, sentir que tem companheiros/irmãos no abrigo, em suma, pode desenvolver seus papéis, de estar no mundo. A auto-imagem ou a identidade passa a existir pelo olhar que os educadores/pais e mães passam a ter sobre eles. Assim, há que se lidar com o espaço relacional, onde aparecem as dificuldades da adolescente C, em que a educadora diz não gostar dela, porque ela não é verdadeira, *"ela bajula para conseguir as coisas"*. Ou de J, o adolescente que tem um sorriso estigmatizado. São casos que encontram um melhor encaminhamento clinico por Winnicott (Outeiral, 1997; Winnicott, 1975) e a sua apreensão do falso *self*. Winnicott nos diz que a criança olha o olhar do estado emocional da mãe, se este é de depressão, ela organiza o próprio *self* para atender a necessidade da mãe, cuidar da mãe. Ou de outro modo, para sobreviver a um ambiente ruim onde foi criada, a criança congela o seu eu verdadeiro e utiliza o falso *self* para sobreviver. E como que aguarda um outro /pai/mãe/ ambiente onde possa descongelar. Pode-se dizer onde ele e tudo mais na alteridade tenha um sentido, o seu sentido, o de sua organização interna real. Os que não têm esta chance pode entrar em estado psicótico. Como passar isto aos educadores de modo que possam ser aqueles cuidadores que permitam a essas crianças se reencontrar verdadeiramente?

Um outro caso que vale a pena ser relatado é de L, de 12 anos, garoto negro, agitado, rejeitado por todos que encontrou algum lugar no abrigo depois de ser objeto a ser criticado pelo grupo. Ele passava pelo estigma de não ser uma pessoa normal. Recorra-se a Winnicott (1990) quando afirma que a criança é o que o ambiente permite. Ela pode ser criativa, subversiva, perigosa. L, negro turbulento, faz xixi na cama e as educadoras o rejeitam. Como ele pode estar na própria *pele/self*, ter seu espaço e seus limites para estar com os "irmãos", e não provocar tantos "desastres"? Chegamos a um ponto em que os educadores conseguiram perceber como L podia ser identificado em nós, internamente, como um nosso ponto escuro, desconhecido, perigoso. Mas conseguiram perceber também como L era também muito criativo se tinha chance de ser. Assim ele parecia poder encontrar o seu lugar pouco a pouco nesta família/abrigo.

A Figura do pai Educador e o Adolescente: Auto-estima e Identificação de Gênero

Z é um educador de longa experiência em lidar com as crianças e adolescentes desvalidos. Acho importante nos apropriar da experiência que ele nos passou em uma situação com um adolescente, M, já de 16 anos e com propensão à violência. M lhe telefona dizendo que está com uma arma e que vai assaltar um banco. Expressando uma revolta que vem há muito sobre o fato de M sentir a ausência de um pai/ não ter um pai que ele queria tanto, que ele imagina a cuidar dele. *"Já que não tenho um pai que me dê tudo que preciso, vou assaltar o banco e assim vou comprar tudo aquilo que quero"*, diz ele a Z, ao telefone. Z conversa com ele argumentando de vários modos, sobre, se ele quer assaltar um banco, ok, mas se ele sabe o que vai acontecer a vida dele etc. Em suma, consegue convencer o rapaz a se locomover, e indica onde pegar o dinheiro para o ônibus a e vir jantar com Z, em sua casa. Em sua casa, o educador que, por sua vez, também tivera um pai muito ruim e já tivera de elaborar relativamente essa ausência, pôde ter uma conversa bem encaminhada com este adolescente. Primeiro, o chamamento para jantarem juntos, a confiança de poder pegar o dinheiro no abrigo. Depois, juntos em sua casa, Z indaga ao adolescente, *"o que era, para ele, ser um pai?"* Ao que o adolescente responde *"ser aquele que desse tudo que necessito"*. Mas juntos vão conseguindo compor uma outra imagem de pai, que não a daquele que desse tudo, mas daquele que desse suporte quando se necessitasse dele, e mais afeto e limite. Não o "tudo".

Nesta conversa se encontraram mais e puderam se abraçar e ele (M) perceber que poderia ter, de certo modo, em Z, um "pai" e um amigo.

Vale deter-se aqui para marcar que a perda ou ausência do pai está vinculado a possibilidade ou impossibilidade de se ter um pai (ou uma mãe) internos que permite prover a própria auto-imagem, ou identidade masculina (ou feminina). Assim reitero a importância desses educadores poderem se rever enquanto pais/mães "assistentes"' via terapia ou quando, não possível numa autogestão de subjetividades entre eles mesmo para que um abrigo se constitua em uma família suficientemente boa. Nem todos podem ter a lucidez e sensibilidade de um Z!

Outro caso semelhante é o trazido pelas educadoras relativo a P, uma adolescente de 13 anos, que tem sua mãe na prisão. O evento começa com um relato de uma briga feroz entre P e V (um menino, também pré-adolescente). Winnicott (1995) nos assinala que as duas maiores forças do ser humano está no amor e na agressividade. Quando não há amor, a criança tenta manter-se viva pela agressividade. O exemplo acima é bem expressivo neste sentido, do adolescente que telefona revoltado agressivamente, ameaçando assaltar um banco, estava, como se viu, na busca de afeto, de troca de afeto. Assim, brigas em abrigos também é uma constante, como é também nos lares comuns, entre os irmãos e sua competição pelos lugares, atenção/amor dos adultos da família. Assim é a briga entre P e V que está em pauta. Entretanto V, o garoto, para atingir P, lembra-lhe que sua *"mãe é uma vaca, não presta, é uma vagabunda que está na prisão"* V reage ferozmente pegando uma faca e indo para cima do garoto. E são separados pelas educadoras.

Mas é a forma como as educadoras vão atuar que deve ser elaborada na sessão. F, educadora, diz ter tido uma tentativa de desmobilizar o menino quando o traz para próximo dela, depreciando a menina V e dizendo que gostava mais dele. Ela disse que fez isto para acalmá-lo. No dia seguinte, A, a outra educadora, chama P, a adolescente (a, de mãe na prisão) para conversar sobre o assunto e lhe indaga, *"você nunca mesmo gostou de sua mãe, por que ficou tão agressiva com V? Não é verdade que sua mãe não presta mesmo, por que você tem de ligar para isso?"* Está ai um enorme equívoco para ser lidado. Em uma sessão seguinte, em que se tratou da auto-imagem das educadoras, pôde ficar mais claro a elas como, de um lado, era necessário por limite em V ao tratar a "irmã" de forma tão agressiva. Por outro, ver como elas estavam distribuindo sua atenção e afeto entre os dois. Por último, e mais importante, cabia ver que a mãe que P estava defendendo com uma faca, não era, em princípio, a mãe real, prisioneira, mas a mãe que ela queria dentro de si. Era, de certo modo, ela mesma, que sem a mãe, fosse qual fosse, não seria nada, que seria do seu feminino? Em que as próprias educadoras poderiam prover com suas próprias imagens uma imagem de feminino para esta adolescente?

Correção, Limite, Amor

Como os pais e mães lidam com a questão da curiosidade pelo sexo dos adolescentes? Aqui passou-se uma sessão lidando com o fato de os adolescentes terem sido punidos de forma execrável por estarem vendo revista pornográfica. Uma dupla de educadores, homem e mulher, completamente despreparados, que estavam tomando conta do abrigo naquele domingo, colocaram os adolescentes trancados em quartos por todo um dia. Um dia é um século para eles! Cinco, dez minutos em silêncio já é uma eternidade. Para este caso, cabe primeiro ter em mente, o que é ser adolescente? O adolescente (em geral) anda de ônibus, se masturba, busca amigos, se sente perdido, ora criança, ora "superman", não achou uma possível identidade ainda etc. E é bom estar com Winnicott (1975, 1995) quando assinala que o adolescente precisa de um espaço onde possa cometer infrações, onde ele possa aprender a partir disso, desde que o ambiente lhe permita. E o que o ajuda a crescer é a amizade, é apaixonar-se e, neste sentido, o autor assinala que a cultura tem também elementos curativos. O castigo acima completamente inusitado não ensina nada. Só deixa de ensinar e criar resistências para crescer. Posteriormente, Z, o educador e coordenador acima mencionado, vai encaminhar o "problema" de forma "suficientemente boa". Consegue ter um "papo" com os "mocinhos" sobre as revistas, que podiam olhar sim, mas que não deixassem as senhoras católicas que passavam lá verem, que falassem com ele sobre o que queriam saber. Os garotos respaldados em seu espaço de transgressão –disseram– *"Quer dizer, tio, que você vai falar com gente disso, quando a gente quiser?"* Este é talvez aspecto do que Winnicott coloca como um ambiente em que se possa acreditar.

Culpa e Violência

Há situações mais complexas, que os educadores às vezes têm de encaminhar, que são trazidas nas sessões. Um rapaz de 15 anos ficou no abrigo durante algum tempo, escondido porque tanto polícia

quanto traficantes queriam matá-lo por motivo que não ficava claro. Inicialmente, ele causava muito medo as educadoras, porque ele dizia que tinha matado seu irmão. As educadoras não queriam o menino no abrigo. O rapaz ia trabalhar próximo ao abrigo. E ele fazia isto corretamente. Depois de algum tempo, outra versão apareceu. O rapaz não tinha matado o irmão; ele tinha visto os traficantes matarem seu irmão. E estes queriam matá-lo também por isso. Aqui pode-se aventar por que o garoto insistia em assumir a morte do irmão. Uma culpa de onde? De não ter podido fazer nada contra os traficantes? Mas também uma culpa inconsciente que ai se soma, na relação entre irmãos pela questão edipiana. Lembro Freud (1950) em carta a Fliess, em que diz que o menino Sigmund, com um irmão um ano mais novo (que depois vem a falecer) tinha desejos maldosos em relação ao irmão, e da culpa que tinha de carregar com sua morte. Retornando ao rapaz do abrigo, de qualquer modo, visto tudo isto, as educadores puderam melhor lidar com este garoto, apenas um passante, que teve de ser encaminhado para o interior do Estado em outro abrigo para que ficasse incógnito e pudesse encaminhar a sua vida. Ele espelha o mundo da violência a que está sujeitos essas crianças e adolescentes e que os educadores tem de se inteirar de situações psicológicas inusitadas. Dai novamente reitero a importância da existência de alguma forma de co-gestão de subjetividades desses educadores.

A Guisa de Conclusão

Relendo estes casos, tendo em conta o quadro geral de exclusão social [2] concretamente não parece muito o que se pode fazer via um abrigo, contudo são sementes plantadas e muito importantes. Fazem parte desta construção primeira, da cidadania interna, ponteamento de auto-imagem valorizada, da necessidade de se ter um ambiente "suficientemente bom", *–o de estar em casa–* para poder estar em casa consigo. Vale pugnar para que os abrigos sejam "famílias" que ao propiciarem uma cidadania interna possam ver florescer uma cidadania social. As mudanças de valores que orientam a vida individual coletiva para formas mais gratificantes carecem de persistência para que se tornem mais claros os seus efeitos.

Assim pode-se pensar uma fatia das políticas de assistência (e possíveis políticas sociais), não de carater assistencialista. Propiciar uma cidadania mediadora quer seja aquela desenvolvida na relaçao assistente-assistido, em que antes de "assistir" o assistente esteja preparado para ser um mediador, antes de ajudar já foi "ajudado" (seja em terapia, seja no processo de cogestao de subjetividades entre os pares). E nisto deve reelaborar valores sociais, conscientizar-se dos estigmas sociais e poder romper com eles. E isto pode lhe permitir fomentar nos assistidos essa certa emancipação acenada (como ilustram aspectos clinicos tratados no abrigo) na forma de cidadania interna. Mas a cidadania social só pode se desenvolver efetivamente sob a cidadania interna. Ou ainda, valores realmente democráticos que orientem o ator social dependem de sentimentos reais, de um *self* verdadeiro. E se esses espaços mencionados se transformam em "familias" públicas, no sentido aludido, poderá estar ajudando a compor um coletivo com menos violência juvenil, e com um aumento futuro do exercício da cidadania social. Vale observar que esse processo de fomentar "famílias" públicas pode encontrar hoje diferentes veios. Diferente formas emergem de se poder "dar as mãos" aos desvalidos. Carece estar-se atento!

Fala-se um pouco disso no que nos passa Zeldin (1994) contando sobre o abade Pierre que foi atender uma pessoa que tentara suicídio e fracassara, um ex-prisioneiro à prisão perpétua que salvando uma pessoa fora perdoado, mas ao regressar a casa, os seus nada queriam com ele e da vida nada mais lhe importava. Diante disto, do homem que sofria, o abade não sabia o que oferecer, tendo ele a impotência de tantos sofrimento que encontrava a sua a volta. Disse ao homem como sua história era terrível, se ele quisesse se matar, ele poderia fazer, *—mas antes de se matar me dê sua mão. Depois, então, faça o que quiser—* Isto mudou a vida do assassino, alguém precisava dele, não era uma pessoa dispensável. Para o monge também adveio uma nova perspectiva, diante de uma pessoa a quem nada pudera dar, ao contrário, pedira ajuda. Mais tarde o criminoso disse que isto tinha lhe salvado a vida, porque ele (o abade) precisava dele. Assim, surgiu em Paris o movimento de Emaús do abade

[2] Em comentário do *Jornal Folha de São Paulo* (26.9.98), em, sobre o "Mapa de Exclusão social" recém elaborado, atente-se para que a cada dois de cada três brasileiros entram para a faixa de "excluídos". Em numeros absolutos são 63,6 milhões somados os miseráveis e os despossuídos. Não há perspectiva a não ser que recebam ajuda do Estado. Para esta situação macroestrutural, uma proposta pertinente é a da renda mínima que Eduardo Suplicy vem pugnando há muito para o Brasil. Contudo, penso que não se pode negligenciar o trabalho fragmentário como desse tipo que se está expondo neste artigo, o de ter os abrigos como "família" no espaço público, pois a sua persistência pode ser promissora. Neste sentido, pode significar aspectos de um futuro coletivo mais promisssor.

Pierre em beneficio dos miseráveis, um espaço "novo" de encontro de duas pessoas tão diferentes, mas que de alguma forma acenderam-se uma luz mútua, ajudaram sendo ajudados. E concluímos com Zeldin que "dar as mãos" ao outro (e mesmo ao estranho) pode dar origem a ansiedade, mas também é a esperança da humanidade.

Referências

Bion (1973). *Conferências Brasileiras I.* Rio de Janeiro: Imago.

Certeau, Michel (1996). *A invenção do cotidiano.* Rio de Janeiro: Vozes.

Constituição da República Federativa do Brasil (5-10-1988). S.Paulo: Atlas.

Deleuze, G. (1970). *Espinoza e o signos.* Porto: Rés.

Ferenczi (1992). *Escritos Clínicos.* Rio de Janeiro: Tymbre Taurus.

Freud, S. (1993). Extratos de documentos dirigidos a Fliess 1892-1990 (1950), *Obras Completas* (Vol. 1). Buenos Aires: Amorrortu.

Freud, S. (1993). O Mal estar na civilização (1930), *Obras Completas* (Vol. XXI). Buenos Aires: Amorrortu.

Freud, S. (1993). Sobre o narcisismo. Uma introdução (1914), *Obras Completas* (Vol. XIX). Buenos Aires: Amorrortu.

Durkheim, E. (1970). *Sociologia e Filosofia.* Rio de Janeiro: Forense.

Durkheim, E. (1963). *Regras do método sociológico.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Hornstein, L. (1989). *Introdução à Psicanálise.* São Paulo: Escuta.

Manzini-Covre, M. L. (1991). *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 1991.

Manzini-Covre, M. L. (1996). *No caminho de Hermes e Sherazade. Cultura, cidadania e subjetividade.* Taubaté: Vogal.

Ogden, T., & Aronson, J. (1996). *Subjects of analysis.* USA: Northvale.

Outeiral, J., & Abade, S. (1997). *Donald Winnicott na América Latina.* Rio de Janeiro: Revinter.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade.* Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1990). *O ambiente nos processos de maturação.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Winnicott, D. W. (1995). *Privação e delinqüência.* São Paulo: Martins Fontes.

Zeldin, T. (1994). *Uma história intima da humanidade.* Rio de Janeiro: Record.